

Sociedade excitada



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TEREZA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Christoph Türcke

SOCIEDADE EXCITADA
FILOSOFIA DA SENSAÇÃO

TRADUÇÃO

Antonio A. S. Zuin

Fabio A. Durão

Francisco C. Fontanella

Mario Frungillo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

T843s TÜRCKE, Christoph, 1948-.
Sociedade excitada : filosofia da sensação / Christoph TÜRCKE ; Tradutores: Antonio
A. S. ZUIN... [et al.]. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2010.

Título original: *Erregte Gesellschaft*

1. Filosofia. 2. Teologia. 3. Sentidos e sensações. 4. Fisiologia. 5. Teoria crítica.
I. Zuin, Antonio Álvaro Soares. II. Título.

CDD 100
230
152.1
612
301.04

ISBN 978-85-268-0856-0

Copyright © by Verlag C. H. Beck oHG, München 2002
Copyright © by Christoph TÜRCKE
Copyright © 2010 by Editora da Unicamp

4ª reimpressão, 2024

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

Do autor: Reiner Stach acompanhou o manuscrito da primeira até a última página. Ele foi sua espinha dorsal e sua consciência. Ralf Johannes deu impulsos importantes para a concepção total, assim como Gerhard Schweppenhäuser proporcionou conselhos refrescantes nos períodos de seca. Andreas Gruschka e Oliver Decker ajudaram com anotações para alguns capítulos. Detlef Felken leu e corrigiu com grande cuidado. Mas talvez nada teria sido possível sem o amor de Angelika.

Dos tradutores: agradecemos as colaborações de Claudia Gerth, Maj-Lis Strunk Costa, Markus Lasch e Oswaldo Giacóia Jr.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1 PARADIGMA DA SENSACÃO	13
2 LÓGICA DA SENSACÃO	87
3 FISIOTEOLOGIA DA SENSACÃO	121
4 SENSACÃO ABSOLUTA	173
5 SUBSTITUTO DA SENSACÃO	233
ÍNDICE ONOMÁSTICO	321

PREFÁCIO

ORIGINALMENTE, SENSACÃO SIGNIFICOU nada mais do que percepção. Nos dias atuais, entende-se principalmente como sensação aquilo que, magneticamente, atrai a percepção: o espetacular, o chamativo. Deslocamento, condensações e contrações de significado fazem parte do cotidiano de cada língua viva. Evento significou primeiramente um acontecimento totalmente geral. Até o momento a palavra é empregada para acontecimentos totalmente especiais: atos do Estado, entrega de prêmios, estreias, *vernissages*, concertos etc. Cada assunto comum era antigamente um *affair*, antes de ser adotado como um assunto delicado de Estado ou de amor. Vício, ou dependência, significou principalmente doença. Nos dias atuais, tal palavra é aplicada apenas em relação a determinados estimulantes. Também o deslocamento na palavra “sensação” — da percepção totalmente comum para a percepção do incomum e finalmente para este próprio incomum — seguiu este padrão: do geral para o particular. Mas mesmo isso não é nada especial, ou seja, é apenas um de muitos exemplos em relação a como a língua se especializa, afia, enfatiza — um caso especial da linguística. Só que neste caso o pequeno deslocamento de significado é a abreviação linguística para deslocamentos, rejeições, descartes e revoluções sociais em maior escala. A sociedade moderna se ara como nenhuma sociedade anterior. Seu progresso tecnocientífico minou tudo aquilo que pareceu ser natural: relações estabelecidas de trabalho, de propriedade e patri-moniais, hábitos superados, rituais, fundamentações de crenças, ritmos e extensões de vida comuns, velocidade, formas de pensamento e de percepção. Nada é óbvio mais. Somente o inconstante se tornou constante: o estado de uma inquietude geral, de excitação, de efervescência. Esse estado teve na sua aurora, nos séculos XVIII e XIX, algo de extremamente promissor. Com boas

razões, esse estado pôde ser visto como um sinal de que a humanidade começava a sair de sua “menoridade autculpável”. Em toda a miséria que a Revolução Industrial trouxe consigo, abriu-se, concomitantemente, a perspectiva de uma nova época direcionada pela razão, na qual as pessoas agiriam coletivamente de forma solidária e produtiva, tal como demonstram as muitas partes entrelaçadas de uma grande engrenagem maquinal.

No século XX, essa perspectiva se fechou. Mas a efervescência geral não diminuiu. Pelo contrário, ela se congestionou. Porém, quanto mais lhe falta a grande válvula, cuja abertura coletiva ela poderia acionar, mais dificilmente se pode suportá-la, mais faz com que todos procurem com suas forças encontrar aquilo que proporciona alívio, e tudo que fascina, que encanta, serve para tal. Existe orientação, apoio e realização, mesmo que seja apenas um momento fugaz. Mas, para inflacionar esse momento até o infinito, coloca-se à disposição um repleto aparato visual. Ele deixa passar nas telas incontáveis momentos e direciona a percepção para aqueles mais persistentes, os que “fazem sensação”, os quais se destacam tanto que provocam uma percepção que permanece. Há uma torrente de estímulos dos meios de comunicação de massa que competem para fazer parte dessas sensações. Ninguém consegue dominá-los. Nem o mais distinto intelectual que torce o nariz consegue fechar-se diante dos estímulos, de tal modo que o sentido de sua atenção, a escolha dos temas e das palavras, o tempo e o ritmo de seus pensamentos não conseguem permanecer sem ser por eles molestados de alguma forma. Em curtas palavras, é chegado o momento de se falar de uma *sociedade da sensação*.

Entretanto, essa palavra não sugere a entrada da humanidade numa nova época, tal como fizeram as palavras “sociedade pós-industrial”, “pós-moderna”, “de risco”, ou “da informação”, todas palavras chamativas e desviantes. Só porque a sociedade altamente “tecnificada” não apresenta mais as características tais como máquinas que ofegam e que exalam vapor e trabalhadores suados, não significa que ela não seja mais uma sociedade industrial, mas sim que penetra microeletronicamente, com sua produtividade múltipla e refinada, em todas as áreas de trabalho. Isso também não significa que uma sociedade, que diariamente moderniza seu arsenal técnico e seu *design*, e cada vez mais rapidamente produz seu capital, não seria mais moderna só porque ela afrouxou suas formas de organização, de relação e de expressão, não mais constrói como a Bauhaus, não mais comunica como a burguesia e o movimento operário ou não mais cultiva o estilo de vida, o gosto, o otimismo pelo progresso da geração dos avós. Como se esses riscos imponderáveis fossem algo especial de nosso tempo e não de sociedades arcaicas.

cas que foram expostas aos animais selvagens, às epidemias e à fome. Como se a informação importasse somente desde o final do século XX, como se a formação de um sistema de notícias confiável já não acompanhasse a criação de um comércio à distância ou como se hoje fôssemos até mais “sábios” do que antigamente apenas porque somos continuamente inundados com impressões audiovisuais. Recentemente, a palavra da “sociedade pós-secular” circula sob a impressão de uma ofensiva global fundamentalista. Como se a secularização fosse, em algum lugar do mundo, um fato já decidido que faz agora um *rollback*, um recuo forçado religioso. Como se a secularização, direta e exclusivamente, tivesse provocado o bota-fora da religião do contrato social, e não ela mesma já se tivesse, desde o início, obstaculizado, estabelecendo, desta forma, uma nova instância do destino, a qual descarta e aceita, vez por outra, de forma tão inescrutável, como se fosse um deus calvinista, que divulga o seu próprio culto e seu incensório: o mercado mundial.

A pressão de proclamar novos tipos de sociedade é uma característica da sociedade da sensação, e ela não é nova, pois há séculos já se trama. Ela também já foi nomeada *A sociedade do espetáculo*. Guy Debord, o cabeça da “Internacional Situacionista”, que representou, com sua ligação oblíqua de Marx e a vanguarda estética, um verdadeiro acento colorido no marxismo cinzento dos anos 50 e 60 do século passado, marcou a ferro e fogo, sob esse título, o espetáculo midiático como espetáculo de feira transformado, o chamativo audiovisual como propaganda alavancada de mercadorias, o culto imagético como fetichismo da mercadoria estetizado, o moderno como o apogeu do arcaico¹. E, assim, ele compõe uma lista de temas do tópico posto aqui em discussão. Entretanto, isso ocorre na forma de um projeto que tangencia, de modo genial, o espaço, o tempo e a história, e que raramente aprofunda a análise, como se isso não fosse necessário, como se o trabalho de base da crítica social já tivesse sido feito e bastasse saber o que são o capitalismo e o fetiche da mercadoria e a única coisa que restasse fosse descobrir seus disfarces mais recentes. Isso é muito ingênuo. Tão certo se deve ter um conceito de capitalismo para conceituar suas mudanças, tampouco sua estetização espetacular é apenas uma nova roupagem que se precisa tirar para “desmascará-lo” como um velho conhecido. Essa estetização aderiu ao capitalismo, é a sua pele, e não seu envoltório — e urge, até mesmo os conceitos, os quais são conhecidos, pegá-lo de forma mais

1 G. Debord, *Die Gesellschaft des Spektakels*. Hamburgo, 1978 [1967].

precisa, redefini-lo. Fetichismo não é mais aquilo que foi quando insiste na fixação do sensorio humano no espetacular.

A lixiviação desse sensorio por meio do rufar de tambor audiovisual muda consideravelmente o significado da exploração. E se esse rufar do tambor finalmente começa a revolucionar as potências de conexões neurais elementares, as quais formam a base elementar de toda cultura, então a palavra “revolução” adquire uma nuance que nunca fora prevista no vocabulário socialista. Tudo isso está incluso no preço do espetáculo e demanda tanto uma iluminação neurofisiológica, psicanalítica e teológica quanto filosófico-histórica e teórico-social. Na verdade, este livro começa a sério com a *Sociedade do espetáculo*. Ele elabora o projeto de mesmo nome, mas de uma forma que dele quase nada restará.

O primeiro capítulo mostra um panorama dos atuais fenômenos de sensação. Tão efêmeros eles podem ser, mas têm uma longa preliminar. Para compreender o que se expressa e eclode do acumulado e congestionado, deve-se começar, naturalmente, pelo início. Por isso, o segundo capítulo segue o gradativo estreitamento de significado do conceito de sensação da Renascença até a Revolução Francesa e constata nisso um processo de constituição social, ou seja, como a sociedade moderna se formou numa massa de excitação. O que parece, do ponto de vista moderno, um movimento progressivo social enfático e semântico, revela-se, entretanto, inesperadamente, um retrocesso aos remotos tempos cinzentos, quando se volta mais ainda e se considera uma perspectiva histórico-humana. O terceiro capítulo trata disso. Apenas por conta do que provoca sensações, do que chama a atenção, das sensações primevas que penetram na carne e no osso, pôde-se formar o sensorio humano específico. A violência dessas sensações, tão abaladora quanto constituinte, tem um nome teológico: epifania do sagrado. O quarto capítulo mostra como essa epifania se multiplica e se inflaciona na modernidade até chegar a se tornar irreconhecível, ou seja, na forma dos choques audiovisuais. Eles são aplicados como injeções, tal como se mostra no quinto capítulo. Eles fazem o sistema nervoso dependente e viciado de sensações. O vício deseja mais do que o material viciante pode dar-lhe. Na medida em que o vício se transforma numa constituição social geral, tem de ser compreendido, teológico e messianicamente, como refúgio da utopia.

Nada é mais frontal e abissal do que as sensações. Quem deseja decifrar suas artimanhas é, afinal, sugado até “às últimas coisas”.

PARADIGMA DA SENSACÃO

Alta pressão de notícias

“O *BILD* FOI O PRIMEIRO A FALAR COM O CADÁVER”: esta era a brincadeira que se fazia nos anos 1970 a respeito de um jornal popular alemão, cujos repórteres, já à época, eram bem eficientes para estar na hora em todos os acidentes, crimes, escândalos e catástrofes naturais, sendo mestres do excesso. A piada daqueles tempos já há muito não existe — não é nem mesmo mais um exagero digno de menção. Desde o momento em que reféns são entrevistados ao vivo, enquanto seus sequestradores apontam um revólver para a sua cabeça, ou desde quando as lágrimas, os gritos e balbucios de feridos de morte ou em estado de choque começaram a penetrar *live* as salas de estar, não se entrevistam, é verdade, cadáveres, mas sim pessoas fadadas a morrer e à beira da morte. Apresentar a morte para um público curioso, mostrando as faces nas quais ela se reflete, e fazendo audíveis as vozes que diante dela tremem, representa um dos excessos mais repugnantes da reportagem moderna. O problema é que não se trata aqui de deslizamentos, mas de pontos culminantes. A própria associação altamente tecnologizada das mídias leva a isso. Dever-se-ia pensar que pelo menos a televisão já estaria tão estabelecida, tão presente em todos os lugares, que não mais precisaria ficar de olho no gosto do público por conteúdos sensacionalistas — não fossem os muitos outros repórteres, redatores, entretenedores, canais e veículos de comunicação. Eles não permitem que ninguém que deseje permanecer no mercado descanse. Sob condições concorrenciais, a tendência crescente de espetacularização é tão pouco evitável quanto a inovação técnica permanente. Por certo, ninguém é pessoalmente forçado a tomar parte no desenvolvimento de novos aparelhos e no planejamento de cenários sensacio-

nalistas. Cada um é aproximadamente tão livre para não participar quanto Odisseu era para não sucumbir ao canto das sereias. Segundo Homero, ele só o conseguiu porque se fez atar ao mastro de seu navio enquanto seus companheiros remavam, com os ouvidos tapados, pelos rochedos das sereias. Mas como seria possível fazer parar uma corrente que atua 24 horas por dia, que não deixa que se reme contra ela e que constantemente põe a questão silenciosa sobre se seria possível de fato suportar um desligamento do fluxo geral de informação, uma estagnação profissional, uma desolação da alma ou o desemprego, apenas para opor sua força de atração? Para quê?

As sensções estão a ponto de se tornar as marcas de orientação e as batidas do pulso da vida social como um todo. Para alguns ramos profissionais, já o são há muito tempo. É sabido que jornalistas e redatores se dedicam a divulgar notícias, e isso significa selecionar notícias. Relatar é algo que se pode fazer em relação a muitas coisas: que ontem choveu granizo, que uma bolsa estava nos achados e perdidos, que o prefeito chegou atrasado para um encontro de conselho, que na Rua Sete de Setembro um pastor alemão quase foi atropelado. Mas a quem isso interessaria, senão aos envolvidos ou a seus parentes ou a um ou outro colecionador insano? A ninguém. De um ponto de vista jornalístico, estas não são notícias — são ocorrências sem valor para serem difundidas para um público mais amplo por meio de jornal, rádio, televisão ou Internet. E isso significa, na razão inversa: o nome “notícia” só merece rigorosamente ser dado àquilo que vale a pena ser comunicado. E o que satisfaz esse requisito, sem sombra de dúvida? Aquilo que diz respeito a todos, que se chama *res publica*, em latim: a coisa pública. Sem dúvida, o conceito era visto diferentemente na Roma antiga, onde surgiu, do que é hoje. “Todos” eram tão somente as pessoas livres, ou seja, os cidadãos aptos ao serviço militar, que tinham domínio absoluto sobre a unidade familiar, que consistia em terras, gado, escravos, dependentes e parentes. E aquilo que dizia respeito a todos era na realidade bem pouco. Por um lado, consistia em algumas leis que cuidavam para que os deuses recebessem os devidos sacrifícios, que os cidadãos garantissem a integridade da unidade familiar, esperando a benevolência dos primeiros, dos últimos exigindo o serviço militar e as contribuições para os oferecimentos coletivos de sacrifício; por outro lado, consistia na aplicação o mais habilidosa possível dessas leis contra ameaças elementares por parte de inimigos e forças naturais. A reunião em conselho dos cidadãos livres era, assim, o meio através do qual a *res publica* era tratada. O existencial que ressoa nessa expressão quase não pode mais ser percebido hoje. O que concerne a todos vai ao cerne da coletividade. Guerra e

paz, violação da lei e do estado de direito, catástrofe e salvamento: estas são as formas primordiais da *res publica*. Não sem habilidade, foi a isso que a teologia existencial do século XX se associou. Deus, assim o define Paul Tillich, “é aquilo que necessariamente nos diz respeito”¹. Mesmo quem se sente ateu o suficiente para achar que Deus não lhe diz respeito, tem, no entanto, que conceder que a ideia de forças divinas iradas e salvadoras tem sua origem em questões de vida e morte — e que o cristianismo soube como nenhuma outra religião utilizar, do ponto de vista de uma teoria da notícia. *Evangelium* é a palavra grega para mensagem, que pretende ser a *res publica*, em um sentido muito mais amplo e profundo do que tudo aquilo que assim era chamado na Roma antiga. Ela diz respeito literalmente a todos, representa a pura notícia: a única que salva o ser humano da perdição eterna. De qualquer forma, foi com essa crença que os missionários do cristianismo primitivo se puseram em marcha, e algo da sua consciência de transmissão ainda permanece nas conquistas pioneiras da radiofonia sem fio. Reginald Aubrey Fessenden, um filho de padre, posicionou-se diante de um microfone na noite de Natal de 1906, tocou ele mesmo *Oh Holy Night* ao violino e leu histórias natalinas tiradas do livro de Lucas. Esta foi a primeira transmissão radiofônica².

Os modernos confeccionadores de notícias precisam frequentemente decidir, em questão de minutos, ou mesmo segundos, quais notícias querem veicular. Eles têm pouca oportunidade para preocupar-se com as fundações teológicas de sua atividade. Mas, mesmo que saibam que a *res publica* há muito não corresponde àquilo que poderia ser vislumbrado em uma reunião de conselho, mas que se desdobrou em uma colcha de retalhos de milhares de parágrafos, ações, opiniões e interesses, que por sua vez são filtrados e refletidos centenas de vezes pelas mídias; mesmo que saibam que alcançam uma clientela limitada e que não atingem da mesma maneira sem-tetos e corretores da bolsa de valores, donas de casa e professores universitários, nenhum deles deixa de ter alguma ideia do que seja uma notícia pura e simples. Caso contrário, não poderiam fazer a menor distinção entre o que é mais e menos digno de ser veiculado. E fazem-no continuamente. Nenhum estabelecimento jornalístico funciona sem pressupor que haja a notícia imprescindível, a que deveria ser veiculada e a que poderia sê-lo; nenhum que não possua um consenso de base a respeito daquilo que uma notícia deve de qualquer maneira realizar: sobressair³. Todos os debates

1 P. Tillich, *Systematische Theologie*. Stuttgart, 1956, vol. 1, p. 19.

2 Cf. D. Daniels, *Kunst als Sendung*. Munique, 2002.

3 Cf. F. Marcinkowski, *Publizistik als autopoetisches System*. Opladen, 1993, p. 104.

de redação giram apenas em torno de *como* isso se dá ou deveria dar-se, e aqui também há um mínimo denominador comum: a notícia tem que ser nova.

Notícias em inglês são chamadas de *news*. A visita de Estado de ontem não se encaixa mais hoje nas *news*, mesmo que nem todos se tenham inteirado dela, a não ser que tenha resultado em um escândalo e que leve a desdobramentos que por sua vez só possam ser entendidos se remetidos a ela. Ser, porém, meramente nova não é suficiente. O novo tem também que ser compreensível. Uma descoberta da biologia molecular ou celular pode ser a mais surpreendente possível — ao público de massa falta o conhecimento para avaliar seu valor de novidade. É, antes de qualquer coisa, algo para especialistas. No entanto, se levar à manipulação genética de alimentos, à clonagem de seres vivos, ou se seu descobridor receber o Prêmio Nobel, então é algo que tende a dizer respeito a todos — uma notícia. Sua novidade é, assim, compreensível apenas na medida em que haja uma capacidade de apreensão para ela: algo já conhecido, confiável, em relação ao qual poderá ser experimentada como se sobressaindo — seja o conhecimento que se necessita ter para julgar uma luta de boxe, um concerto ou uma teoria como fora do comum, seja a capacidade para empatia que faz com que acidentes aéreos ou terremotos possam ser vistos como algo que pode acontecer a qualquer um, seja a familiaridade para com a região mais próxima, na qual a imprensa local aposta quando noticia sobre o assalto no novo bairro ou sobre a missa de calouros na igreja matriz. Especialmente bem compreensível é aquilo que se deixa quantificar ou visualizar. Índices da bolsa de valores e resultados do futebol, números da loto ou de desempregados, estatísticas de trânsito ou de mortes por drogas ocupam, assim, postos permanentes no noticiário. E quando se consegue compreender algo tão intrincado como o processo de paz no Oriente Médio em uma só imagem — a do aperto de mão entre Rabin e Arafat —, então se atinge o máximo de abrangência. Um processo político altamente complicado condensa-se em uma notícia insuperavelmente palpável.

Porém justamente ela está na fronteira da falsificação. Como os números que, de acordo com o contexto no qual são postos, levam a resultados diferentes, o enfático aperto de mão para os fotógrafos pode tanto expressar uma virada política quanto conjurá-la ou simplesmente simulá-la. Que a metamorfose de conteúdos em notícias o mais palpáveis possível não se possa dar sem estilização, redução e distorção, é um velho problema das mídias. Normalmente, lida-se com ele no âmbito da ética jornalística, cujo teor é o de que, justamente porque as notícias são construídas, e não meramente transmitidas, a responsabilidade

de seu produtor, seu compromisso com a veracidade, exatidão e justeza seriam particularmente grandes⁴. Mas o problema é muito mais profundo. Os confeccionadores de notícias representam apenas aqueles que vão à frente. A obrigação à compreensibilidade, sob a qual trabalham, está a ponto de tornar-se uma coerção generalizada da percepção — graças ao salto qualitativo pelo qual passou o desenvolvimento das mídias na segunda metade do século XX.

Ainda que as notícias desde sempre tenham sido construídas, primeiramente, vale nisso o que se chama “primazia do objeto” em Adorno⁵: o primário é o acontecimento considerado como digno de divulgação. Era por sua causa que as mídias entravam em ação: primeiramente mensageiros, depois, nos primórdios da tipografia, jornais de uma folha, que no começo apareciam somente esporadicamente, ou seja, quando acontecia algo que valia a pena ser comunicado. Esse algo podia então ser exagerado e ornado o quanto fosse, o seu caráter explosivo estava garantido de antemão. Era ele o imperativo da divulgação. “A ser comunicado, porque importante”: eis a lei de base da lógica da notícia. Até hoje há eventos suficientes que obedecem a ela. Como concerne a todos se tropas inimigas cruzaram as fronteiras, ou se os reservatórios de água estão infectados com arsênico, ambos os acontecimentos devem ser noticiados. Quem delegasse tais informações a jornais científicos, com a justificativa de que nem todos se interessam por política ou química, deixaria no ato de ser membro da redação.

Mas desde o século XVII, quando os panfletos esporádicos foram gradualmente se tornando jornais com tiragem regular, ou seja, quando se tornaram empresas que iriam à falência se o material noticiável se exaurisse, iniciou-se uma reviravolta significativa. O meio precisa ser semanalmente, depois diariamente, alimentado com matérias dignas de serem noticiadas, para que ele possa continuar a existir e, quando se torna questionável se os eventos correntes dizem respeito a todos, é necessário que se *faça* que digam. Assim, a confecção de notícias recebe uma nova ênfase. Não mais representa apenas a ornamentação de acontecimentos explosivos, mas também o fazer explosivo dos acontecimentos. A lei de base da lógica da notícia conduz à sua própria inversão: “A ser comunicado, porque importante” superpõe-se a “Importante, porque comunicado”. Essa superposição é o tributo sistêmico que o estabelecimento de empresas de notícias e seu gradual crescimento em uma rede de informação

4 Cf. M. Haller e H. Holzhey, *Medien-Ethik — Beschreibungen, Analysen, Konzepte für den deutschsprachigen Journalismus*. Opladen, 1992.

5 Th. W. Adorno, *Negative Dialektik — Gesammelte Schriften*. Frankfurt, 1973, vol. 6, p. 185.

abrangente custou. Pode-se chamá-la de perversão da lógica de notícia. Porém não se pode esquecer que nenhum sistema de notícias moderno continuaria a existir sem ela. Sob todas as condições sociais, um comunicado ganha um peso adicional por haver sido trazido por um mensageiro. Sob todas as circunstâncias o livro impresso causa impacto. A imprensa não pode existir sem rotular com “importante” aquilo que divulga. Inflar o banal, simplificar o complicado, chamar a atenção pública para determinados conteúdos e desviar de outros: isso pertence a ela como a transpiração, ao corpo. Ambos exigem uma higiene imperiosa, mas nenhuma higiene os abole. E é assim que não mais é possível deparar-se com a lei de base da notícia sem a sua inversão. Foi apenas por meio desta última que conseguiu manter-se — colocando-se como uma segunda camada de um filme sobre a primeira e fazendo com que desde então as duas se fundissem até ficarem indiscerníveis.

O alcance total desse acontecimento, sem dúvida, ainda não se podia evidenciar enquanto a imprensa estava ainda em vias de se tornar um meio de massa. Primeiramente, sua autonomização em um sistema vivendo de notícias, permanentemente faminto por notícias, mostrou acima de tudo seu lado emancipatório. Ela levou à libertação da censura estatal e ao estabelecimento de uma livre circulação de notícias e de pensamento, contribuindo, dessa forma, para a realização dos mais caros direitos civis e humanos. Que o processo de emancipação da burguesia e a autonomização da imprensa estavam indissociavelmente ligados, quem podia pensar nisso logo no começo? Quanto de violência intrínseca os meios de massa podiam assumir não veio à tona enquanto a imprensa era única. É verdade que já no começo do século XX era possível a monstruosidade de que uma guerra mundial tendesse a ser mais um espetáculo da imprensa, do que a imprensa ser a exposição dos terrores da guerra, como Karl Kraus caracteriza com ultraje. “É a imprensa um mensageiro? Não, o acontecimento. Uma fala? Não, a vida.” “De novo o instrumento nos subiu à cabeça. Colocamos aquele que tem que comunicar o incêndio [...] acima do mundo, acima do fogo e da casa, acima do fato e de nossa imaginação”⁶. Só que a imprensa não é um instrumento, mas um meio cuja autonomização não pode ser impedida, apenas domada. Nesse ponto, até Kraus, para quem o poder da imprensa não podia ser superestimado, subestimou a imprensa. *Os últimos dias da humanidade*, que viu nascer em uma guerra mundial, tornada palatável pela imprensa e avidamente engolida por um público excitado por

6 K. Kraus, *Weltgericht*. Leipzig, 1919. Nova edição: Frankfurt, 1988, vol. I, p. 15.

sensações, mais parece, em vista das guerras do Vietnam, do Golfo ou de Kosovo, como pálidos exercícios preliminares para as matanças midiáticas, nas quais não apenas as telas de televisão preparavam, em cores, o público para a guerra, mas também se transformaram elas mesmas, enquanto telas de radares, em fatos determinantes para a guerra.

As telas televisivas representam em geral uma grande cesura. Só quando, na segunda metade do século XX, penetraram nos domicílios pelo menos tão profundamente como antes apenas os jornais, as sementes realmente germinaram, sementes que estavam de antemão na recíproca superposição de tese e antítese, do “porque diz respeito a todos, é comunicado” e “porque algo é comunicado, diz respeito a todos”. Por um lado, a técnica de transmissão audiovisual abriu um imenso arsenal noticioso. Tudo aquilo que era passível de sobressair sonora ou visualmente era potencialmente material para notícias. Por outro, o crescimento acelerado das matérias brutas também fez com que se aumentasse o número de canais para a veiculação de notícias e deu origem a uma alta pressão noticiosa qualitativamente nova, que se faz sentir de três maneiras: como pressão para a escolha imediata, em uma avassaladora superoferta de notícias possíveis, daquelas que sejam adequadas; como pressão de impor-se com sua própria seleção contra a concorrência; por fim, como a pressão com a qual as notícias devem ser disparadas para o público, para que possam aderir a ele e não se dissolver no fluxo de informação. E essa tríplice pressão da profissão do jornalista é transferida de tal forma ao público como um todo, que gradualmente se transforma em uma pressão existencial do aparato sensorial moderno. Hoje em dia, todos que queiram permanecer atualizados precisam, por sua vez, selecionar rapidamente o material relevante a partir de uma superabundância de notícias, precisam permanecer constantemente atentos para que sua escolha esteja no nível da concorrência, e expor-se, para esse fim, a um tiroteio midiático. Sob tal pressão a saliência das notícias recebe um novo sentido literal. Não é mais suficiente que os acontecimentos sejam por si só explosivos, confeccionados de forma chamativa, ou que tenham as manchetes gritadas como nas edições extras de outrora; o meio audiovisual necessita mobilizar todas as forças específicas de seu gênero e ministrar a notícia com toda a violência de uma injeção multissensorial, de forma que atinja o ponto que almeja: o aparato sensorial ultrassaturado dos contemporâneos⁷. Sob essas cir-

7 A palavra “audiovisual” presta-se a equívocos; ela coloca o ouvir antes do ver. Na realidade, a hierarquia dos sentidos é inversa. Já em Cícero isso está presente: “Podemos melhor representar aquilo que nos é transmitido pelos sentidos e que os marca; porém o sentido mais agudo é a faculdade visual. Por isso

cunståncias, o sentido teol3gico e pol3tico daquilo que “necessariamente nos atinge” 3 enfracuecido; o sentido fisiol3gico da express3o entra em cena de forma renovada. O que atinge, toca, comove 3 aquilo que, enquanto injeç3o, foi agudizando o suficiente o nosso sistema nervoso e, ainda que seja apenas por um instante, chama a atenç3o.

Sensação hoje, na linguagem coloquial, quer dizer simplesmente “aquilo que causa sensação”. Quando a palavra passou do latim para as línguas nacionais europeias, representava bem genericamente a primazia fisiol3gica do sentimento ou da percepç3o — sem nenhuma conotaç3o espetacular. E o que 3 mais notável 3 que, justamente a alta press3o noticiosa do presente, que quase automaticamente associa “sensação” a “causar uma sensação”, n3o apenas se sobrep3e ao sentido fisiol3gico antigo de sensação, mas também o movimenta de uma nova maneira. Ou seja, se tudo o que *n3o* est3 em condiç3es de causar uma sensação tende a desaparecer sob o fluxo de informaç3es, praticamente n3o sendo mais percebido, ent3o isso quer dizer, inversamente, que o rumo vai na direç3o de que apenas o que causa uma sensação 3 percebido. A percepç3o do que causa uma sensação converte-se na percepç3o *tout court*, o caso extremo da percepç3o em instância normal. Por certo, estamos apenas no princ3pio dessa tend3ncia, mas a press3o econ3mica da concorr3ncia global cuida para que ela se acelere — uma tend3ncia que na alta press3o noticiosa s3 faz manifestar-se mais evidentemente.

Propaganda desenfreada

A press3o concorrencial pertence ao capitalismo assim como a press3o sangüínea, ao corpo. Em si, 3 uma velha conhecida. Porém, no fim dos anos 1970, recebeu um empurr3o da alta tecnologia, cuja extens3o apenas gradualmente se fez notável. Começou nos Estados Unidos. Mesmo lá, na terra industrialmente mais desenvolvida, os precursores e advogados de uma economia de mercado livre sempre haviam contado um tanto de vantagem. Serviç3os de infraestrutura elementares estatais como a telecomunicaç3o, o correio, o sistema de transporte ferrovi3rio, rodovi3rio e a3reo escapavam de fato à concorr3ncia geral. Os

3 poss3vel manter de forma mais f3cil o que se ouve se aquilo que 3 registrado pela audiç3o ou pelo entendimento também for trazido à consci3ncia pela mediaç3o dos olhos” (Cicero, *De oratore/Über den Redner*. Trad. H. Merklin. Stuttgart, 1997, p. 435). O decl3nio do rádio na era da televis3o representa uma comprovaç3o tardia disso. S3 faz assim consolidar industrialmente o que há milênios j3 se praticava. Quando se falar de “audiovisual”, pensar-se-3 sempre no primado do ótico, mesmo quando ele n3o for mencionado explicitamente.